

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

(Da Senhora Alice Portugal e Senhor Chico Lopes)

Audiência Pública na CEC
para discussão do tema “Piso salarial
nacional dos professores: reajuste
para 2014”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação e Cultura – CEC, para debater a nova fórmula do cálculo de correção dos salários dos professores da Educação Básica, a partir do ano de 2014.

JUSTIFICAÇÃO

Como é de conhecimento público, segundo farto noticiário na imprensa, os governadores dos 27 Estados apresentaram proposta de uma nova fórmula do cálculo de correção dos salários dos professores da Educação Básica, a partir do ano que vem. Estudos do Governo Federal indicam um aumento de 19% em 2014, mais do que o dobro dos 7,97% dados à categoria no início deste ano. O documento assinado conjuntamente pelos 27 governadores, com uma nova sugestão de cálculo, foi entregue ao Poder Executivo no início do mês de setembro. Neste sentido, se aplicado já em 2014 a forma de cálculo ora proposta pelos governadores para o reajuste salarial dos professores da Educação Básica, o percentual de reajuste da categoria no referido ano seria reduzido a 7,7%.

Atualmente, o cálculo desse reajuste segue a variação do gasto por aluno no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, que depende do volume de impostos a ele destinados e do número de alunos da rede pública do Ensino Fundamental. Para os governadores, a solução é reajustar o piso com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurado pelo IBGE) do ano anterior acrescido de 50% da variação real (descontada a inflação) do FUNDEB.

Há, porém, outra proposta sendo defendida pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), que defende um reajuste de 10%.

Sabemos que já existe uma mesa de negociação, organizada pelo Ministério da Educação, com a intenção de tratar do tema e com o objetivo de chegar a um consenso sobre uma nova fórmula de reajuste, a ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Notadamente vimos como imprescindível a tarefa de trazer, com urgência, esse debate a esta Casa. Faz-se importante ouvirmos todas as partes para que o Congresso Nacional se possa embasar em sua decisão. Precisamos decidir e definir o cálculo do piso salarial dos professores para que a categoria não seja prejudicada por um universo de cálculos e números, fazendo-os sempre terem que ir à Justiça requerer direitos que por lei já são seus, provocando uma situação de insegurança e uma longa espera por uma definição judicial.

Neste sentido, sugiro que para essa Audiência Pública sejam convidados representantes do Ministério da Educação (MEC), da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e do CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação).

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 2013.

Deputada ALICE PORTUGAL
PCdoB-BA

Deputado CHICO LOPES
PCdoB-CE